

Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.010	3.894
Clientes		12	12
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4	1.346	204
Outros tributos compensáveis	4	704	1.357
Estoques	7	6.443	6.910
Outros créditos	8	5	1
Total do Ativo Circulante		13.520	12.378
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4		147
Tributos diferidos	5	83	314
Depósitos vinculados	9	1.383	1.549
		1.466	2.010
Imobilizado	10	744	1.151
		744	1.151
Total do Ativo Não circulante		2.210	3.161
TOTAL DO ATIVO		15.730	15.539
PASSIVO			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	11	2.554	1.730
Outros tributos a recolher	4	292	464
Dividendos	12	210	190
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	1.436	1.241
Arrendamentos e aluguéis	8.1	273	454
Outras contas a pagar	8	135	139
Total do Passivo Circulante		4.900	4.218
Não circulante			
Tributos diferidos	5	14	8
Provisões	14	105	383
Arrendamentos e aluguéis	8.1	30	273
Partes relacionadas	6		75
Total do Passivo Não circulante		149	739
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	6.604	6.604
Reservas de lucros	15.3	4.077	3.978
Total do Patrimônio líquido		10.681	10.582
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.730	15.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2022	2021
Receitas	16	23.986	20.802
Custo do serviço prestado a terceiros	17	(18.073)	(19.918)
Lucro bruto		5.913	884
Despesas e Receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(5.385)	(1.422)
Outras despesas e receitas operacionais		124	1.153
		(5.261)	(269)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		652	615
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		831	136
Despesas financeiras		(187)	461
		644	597
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		1.296	1.212
Tributos sobre o lucro	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(182)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(231)	(415)
		(413)	(415)
Lucro líquido do exercício		883	797
 Resultado por ação atribuível aos acionistas	 20		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,26249	0,23692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado do exercício	883	797
Resultado abrangente do exercício	<u>883</u>	<u>797</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO



(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.604	3.369	-	9.973
Lucro líquido do exercício			797	797
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		39	(39)	-
Dividendos propostos			(188)	(188)
Dividendo adicional proposto		570	(570)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.604	3.978	-	10.582

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.604	3.978	-	10.582
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2021		(6)		(6)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2022		(568)		(568)
Lucro líquido do exercício			883	883
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		45	(45)	-
Dividendos obrigatórios			(210)	(210)
Dividendo adicional proposto		628	(628)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.604	4.077	-	10.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

TM PECÉM

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		1.296	1.212
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Impostos diferidos		6	2
Depreciações e amortizações		438	707
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			8
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		52	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		11	(1.692)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(123)	(38)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(259)	(24)
		<u>1.421</u>	<u>175</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros tributos compensáveis		(346)	(58)
Estoques		467	734
Cauções e depósitos vinculados		289	(100)
Outros ativos operacionais		(4)	1
		<u>406</u>	<u>577</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		824	90
Outros tributos a recolher		1.214	1.105
Obrigações Sociais e Trabalhistas		195	246
Provisões		(289)	
Outros passivos operacionais		(90)	775
		<u>1.854</u>	<u>2.216</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>3.681</u>	<u>2.968</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.305)	627
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>2.376</u>	<u>3.595</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(31)	(7)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		<u>(31)</u>	<u>(7)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(764)	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(465)	(867)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	22.1	<u>(1.229)</u>	<u>(867)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.116</u>	<u>2.721</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.010	3.894
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.894	1.173
		<u>1.116</u>	<u>2.721</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2022	2021
Geração do valor adicionado	27.972	24.107
Receita operacional	27.972	24.107
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(11.490)	(9.625)
Materiais	(2.777)	(3.006)
Serviços de terceiros	(8.751)	(7.640)
Outros custos operacionais	38	1.021
Valor adicionado bruto	16.482	14.482
Retenções		
Depreciações e amortizações	(430)	(707)
Valor adicionado líquido produzido	16.052	13.775
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	872	141
Valor adicionado total a distribuir	16.924	13.916
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.123	5.403
Benefícios	3.184	2.718
FGTS	474	391
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	4.098	3.670
Estaduais	24	72
Municipais	1.399	1.205
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	187	(461)
Aluguéis	552	121
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	210	188
	16.251	13.307
Resultado líquido do exercício	673	609
	16.924	13.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Companhia ou PPTM) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 2008, com sede no município de São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará e controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e ENEVA S.A. (ENEVA). A Companhia tem por objeto social o transporte de minérios dutoviário utilizando correia(s) transportadora(s) no Complexo Industrial Porto do Pecém, incluindo operação e manutenção de um sistema de descarregamento de granéis constituído de descarregadores e correias transportadoras, bem como a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5); e Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 14.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	778	1.850
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.227	2.039
Fundos de investimento	5	5
	4.232	2.044
Total	5.010	3.894

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados à taxa de 99,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	351	-	-	20	1.250	(102)	(173)	1.346
Total	351	-	-	20	1.250	(102)	(173)	1.346
Circulante	204	-	-	-	-	-	-	1.346
Não circulante	147	-	-	-	-	-	-	-
Outros tributos compensáveis								
ICMS	57	-	-	-	75	-	(62)	70
PIS e COFINS	881	300	-	239	(20)	(953)	(269)	178
IRRF sobre aplicações financeiras	3	63	-	-	-	-	(9)	57
Outros	416	-	(17)	-	-	-	-	399
Total Circulante	1.357	363	(17)	239	55	(953)	(340)	704
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	182	-	-	-	-	(182)	-
Total Circulante	-	182	-	-	-	-	(182)	-
Outros tributos a recolher								
ICMS	11	184	-	-	(125)	-	(62)	8
PIS e COFINS	181	2.622	-	-	(1.511)	(1.023)	(269)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	79	725	-	-	(677)	(32)	-	95
Encargos com pessoal	193	2.163	-	-	(2.167)	-	-	189
Total Circulante	464	5.694	-	-	(4.480)	(1.055)	(331)	292

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5 Tributos diferidos

	Nota	Ativo		Passivo	
		Não circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS				14	8
Imposto de renda e contribuição social	5.1	83	314	14	8
		83	314	14	8

5.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

5.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	91	158	-	-	(67)	158
Base Negativa da Contribuição Social	33	57	-	-	(24)	57
	124	215	-	-	(91)	215
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	95	-	-	(95)	(575)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	416	-	396	-	20	-
Outras	39	62	100	58	(65)	(55)
Total diferenças temporárias	455	157	496	58	(140)	(630)
Crédito fiscal do ágio incorporado	-	(58)	-	(58)	-	-
Total bruto	579	314	496	-	(231)	(415)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(496)	-	(496)	-	-	-
Total	83	314	-	-	-	-

5.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário conforme quadro abaixo:

2023	Total
-	-

6 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relaciona- mento	Duração	Passivo			Receitas (Despesas)	
			Circulante		Não circulante	Operacionais	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	2022	2021
Cientes							
Serviço de Operação Portuária (a)							
Porto do Pecém	Controle comum em conjunto	01/11/2011 a Indeterminado				18.647	
Pecém II	Controle comum em conjunto	01/11/2011 a Indeterminado				9.324	
			-	-	-	27.971	-
Fornecedores (Nota 11)							
Serviços prestados a terceiros (b)							
Pecém OM	Controle comum	01/11/2011 a Indeterminado	206	206		(1.276)	(1.276)
			206	206	-	(1.276)	(1.276)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 8)							
Prestação de serviços							
Porto do Pecém	Controle comum em conjunto	01/05/2015 a 01/05/2020			75	(1.012)	(1.012)
			-	-	75	(1.012)	(1.012)
			206	206	75	25.683	(2.288)

(a) Serviço de Operação Portuária: Os contratos são revisados anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e possuem por objetivo a prestação de serviços de transporte de minério de carvão a granel por meio dutoviário, utilizando uma correia transportadora do complexo portuário até a usina, além do serviço de manutenção do sistema de descarregamento e operação do pátio de carvão.

(b) Serviços prestados a terceiros: o contrato é revisado anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e tem por objetivo a prestação de serviço de saúde, segurança operacional e monitoramento dos condicionantes ambientais do transportador dutoviário.

7 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Material de almoxarifado	6.421	6.888
Outros	22	22
Total	6.443	6.910

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$6.443(R\$6.910 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, principalmente, aos materiais necessários na operação e manutenção da correia transportadora utilizada no transporte de minérios entre o Complexo Portuário do Ceará e as usinas termoeletricas.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos	5	1
Total	5	1
Outras contas a pagar - Passivo		
Folha de pagamento	129	
Outros	6	139
Total	135	139

8.1 Arrendamentos e aluguéis

	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/12/2022
Edifícios	59	(59)			-
Máquinas e equipamentos	298	(305)	182		175
Veículos	97	(101)	102		98
Total Circulante	454	(465)	284	-	273
Máquinas e equipamentos	160		(182)	22	-
Veículos	113		(102)	19	30
Total Não circulante	273	-	(284)	41	30
Total	727	(465)	-	41	303

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Máquinas e equipamentos		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2023	175	10,22	98	10,22
Total	175		98	
Não Circulante				
2024			15	10,22
2025			15	3,41
Total	-		30	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	163.965	157.302
PIS/COFINS potencial (9,25%)	15.167	14.550

9 Depósitos vinculados

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.383 (R\$1.549 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a causas trabalhistas consideradas pelos assessor jurídicos como remotas de perda (Nota 14.4).

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil dos itens, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

10.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Máquinas e equipamentos		298	(197)	101	15,06	298	(171)	127
Móveis e utensílios		17	(11)	6	6,25	17	(10)	7
Total do Imobilizado em serviço		315	(208)	107		315	(181)	134
Ativos de direito de uso (nota 10.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias		904	(774)	130	35,56	904	(451)	453
Máquinas e equipamentos				-	40,61	913	(913)	
Veículos		263	(146)	117	33,33	2.082	(1.877)	205
Total Ativos de direito de uso		1.167	(920)	247		3.899	(3.241)	658
Imobilizado em curso								
Administração		390		390		359		359
Total do imobilizado em curso		390	-	390		359	-	359
Total imobilizado		1.872	(1.128)	744		4.573	(3.422)	1.151

10.1.1 Ativos de direito de uso

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos a locações variadas de estruturas e equipamentos utilizados na operação da Companhia.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

10.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	Ingressos	Depreciações	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	127		(26)	101
Móveis e utensílios	7		(1)	6
Total do imobilizado em serviço	134	-	(27)	107
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	453		(323)	130
Veículos	205		(88)	117
Total Ativos de direito de uso	658	-	(411)	247
Imobilizado em curso				
Outros	359	31		390
Total do imobilizado em curso	359	31	-	390
Total do imobilizado	1.151	31	(438)	744

11 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$2.554 (R\$1.730 em 31 de dezembro de 2021), refere-se a materiais e serviços a pagar relativos à operação da Companhia.

12 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (ii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iii) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 29 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$797. O lucro líquido foi distribuído da seguinte forma: (i) R\$39 como Reserva Legal; (ii) R\$190 como dividendos obrigatórios; e (iii) R\$568 como dividendos, a serem distribuídos conforme as participações societárias detidas pelos acionistas.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2021	Proposto	Adicionais	Exercícios anteriores	Pagamentos	31/12/2022
ENEVA S.A.	95	105	284	3	(382)	105
EDP - Energias do Brasil	95	105	284	3	(382)	105
	190	210	568	6	(764)	210

13 Obrigações sociais e trabalhistas

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Folha de pagamento	13.1	1.228	1.049
INSS e FGTS		208	192
Total		1.436	1.241

13.1 Folha de pagamento

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias e provisão de participação nos lucros.

14 Provisões

	Nota	Não Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
Provisões trabalhistas	14.2	105	383
Total		105	383

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. A atualização financeira é mensal e por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

14.2 Risco de perda provável

	Passivo					
	Baixas					
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões Nota (14.2.1)	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	276	138	(287)	(262)	135	-
Outros	107		(2)			105
Total Não circulante	383	138	(289)	(262)	135	105

A Companhia possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável as quais questionam, entre outros, recebimento de adicional de periculosidade e reajuste salarial da categoria.

14.2.1 Reversões

O montante total de reversões de R\$262 em 31 de dezembro de 2022 é referente a caso encerrado no exercício de causas finalizadas e alteração de classificação de risco de causa trabalhista para possível (Nota 14.3).

14.3 Risco de perda possível

Existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	543	942
Fiscais	308	
	851	942

14.4 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.383 (R\$1.549 em 31 de dezembro de 2021).

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$6.604 representado por 3.364.018 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
EDP - Energias do Brasil S.A.	1.682.009	50,00	1.682.009	50,00
ENEVA S.A.	1.682.009	50,00	1.682.009	50,00
Total	3.364.018	100,00	3.364.018	100,00

15.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		883	797
Lucro líquido ajustado		883	797
Constituição da reserva legal - 5%	15.3	(45)	(39)
		838	758
Destinação do lucro			
Dividendos obrigatórios		210	190
Dividendo adicional proposto		628	568
		838	758

15.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Legal	15.2	565	520
Retenção de lucros	15.3.1	1.920	1.920
Dividendo adicional proposto	15.2	629	575
Lucros a realizar		963	963
Total		4.077	3.978

15.3.1 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

16 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base da demonstração financeira em função da sua competência.

	2022	2021
Receita de prestação de serviços	27.971	24.107
Receita operacional bruta	27.971	24.107
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(2.587)	(2.100)
ISS	(1.398)	(1.205)
Total deduções da receita operacional	(3.985)	(3.305)
Receita	23.986	20.802

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 **Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço prestado a terceiros: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais, e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022			2021			
		Despesas e Receitas operacionais			Despesas e Receitas operacionais			
		Custo do serviço prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Outras
Gerenciáveis								
Pessoal e Administradores		9.593	1.333		10.926	8.946	790	9.736
Material		1.888	888		2.776	3.006		3.006
Serviços de terceiros		6.018	2.734		8.752	7.640		7.640
Depreciação - Imobilizado em serviço	10.2		27		27		28	28
Depreciação - Ativos de direito de uso			403		403		603	603
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(124)	(124)		(1.153)	(1.153)
Arrendamentos e aluguéis		464			464	121		121
Outras		110			110	205	1	206
Total		18.073	5.385	(124)	23.334	19.918	1.422	20.187

18 **Resultado financeiro**

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	485	66
Depósitos judiciais		123	38
Juros e multa sobre tributos	4	259	24
Ajustes a valor presente			9
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(41)	(5)
Outras receitas financeiras		5	4
		<u>831</u>	<u>136</u>
Despesas financeiras			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.2	(135)	539
Arrendamentos e aluguéis		(52)	(74)
Outras despesas financeiras			(4)
		<u>(187)</u>	<u>461</u>
		<u>644</u>	<u>597</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido.

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	1.296	1.212
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(441)	(412)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outras	28	(3)
Despesa de IRPJ e CSLL	(413)	(415)
Alíquota efetiva	32%	34%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	883	797
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	3.364	3.364
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,26249	0,23692

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	4.232	2.044	4.232	2.044
			4.232	2.044	4.232	2.044
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	778	1.850	778	1.850
Clientes		Nível 2		12		12
			778	1.862	778	1.862
			5.010	3.906	5.010	3.906
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	11	Nível 2	2.554	1.730	2.554	1.730
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	6	Nível 2		75		75
Arrendamentos e aluguéis	8.1			730		727
			2.554	2.535	2.554	2.532

21.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

21.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

21.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

21.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos ao Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão de Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging cenário provável					
			Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.227	662	662	168	337	(167)	(333)
Instrumentos financeiros ativos		4.227	662	662	168	337	(167)	(333)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 7,6% e 13,8% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Clientes (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022				31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores		2.342	212		2.554	1.730
Arrendamentos e alugueis				273	273	727
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					-	75
	2.342	212	273	-	2.827	2.532

21.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Clientes

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo, uma vez que a totalidade das transações da Companhia são realizadas com suas controladoras em conjunto.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.2.4 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

22 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
22.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	2022				
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	15.1	190	(764)	784	210
Arrendamentos e aluguéis	8.1	727	(465)	41	303
Movimento relativo às atividades de financiamento		917	(1.229)	41	784
					513
	2021				
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos		2		188	190
Arrendamentos e aluguéis		1.015	(867)	63	727
Movimento relativo às atividades de financiamento		1.017	(867)	63	917

22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa nos exercícios de 2022 e 2021, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo.

	31/12/2022	31/12/2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	210	188
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado		516
Total	210	704

23 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2022			A partir de 2028	Total geral	31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027			
Responsabilidades com locações operacionais	660	1.159			1.819	475
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	12.955	10.477	428	26	23.886	21.734
	13.615	11.636	428	26	25.705	22.209

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022			A partir de 2028	Total geral	31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027			
Responsabilidades com locações operacionais	637	1.246			1.883	495
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	12.507	11.148	517	38	24.210	22.194
	13.144	12.394	517	38	26.093	22.689

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****24 Cobertura de Seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022	
	Valor em	Limite
Responsabilidade civil		50.000
Transportes (materiais)		(*)
Seguro de vida	6.914	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$731 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil geral, estendida por Porto do Pecém e por Pecém II, com o limite de R\$ 50.000.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Lino Lopes Caçado
Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Conselheiro

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Thiago Freitas
Conselheiro

Renato Ueoka Cintra
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Sérgio Gomez Campodarve
Diretor-Presidente

José Gleylson Fernandes Silva
Diretor de Operações Portuárias

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade e Custos
CRC 1SP271964/O-6 "S" CE